

C CARGA HORÁRIA: 16h

➤ APRESENTAÇÃO

Com o advento da Lei nº 14.133, em 1º de abril de 2021, foi estabelecido um novo marco legal das Contratações Públicas para os órgãos e entidades integrantes da Administração direta, autárquica e fundacional de todas as esferas federativas: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Prevendo a revogação da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002 a partir de 01/04/2023, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabeleceu um período de transição de 2 anos, demandando o necessário planejamento por parte dos órgãos e entidades para viabilizar a reestruturação interna de fluxos operacionais e competências, implementação de instâncias, processos e estruturas de governança, adequação dos normativos orgânicos e, em especial, a capacitação dos Agentes Públicos responsáveis pela aplicação da nova legislação.

Diante de tal contexto, se mostra fundamental a Excelência Educação viabilizar esta capacitação, por meio de uma perspectiva panorâmica acerca da Lei nº 14.133/2021, de modo a viabilizar a compreensão das inovações e os desafios na implementação do novo diploma legal face à realidade administrativa dos órgãos públicos.





> OBJETIVO

• Promover a Capacitação de Servidores Públicos acerca das principais inovações promovidas pela Lei nº 14.133/2021 no tocante às Contratações Públicas, com ênfase na compreensão sistêmica da contratação pública, fomentando a essencialidade da Governança, do Planejamento, do Diálogo com o mercado e a devida interação entre os Agentes Públicos e Agentes de Contratação para a consecução dos objetivos da licitação.

> PÚBLICO-ALVO

Agentes de contratação, Membros das Comissões de contratação, Pregoeiros, Gestores, Profissionais que atuam nos setores de Compras e Licitações, Unidades requisitantes, Auditores e Controladores Internos, Assessores e Procuradores Jurídicos, e demais agentes interessados no tema.

> PROFESSOR

VICTOR AMORIM



Doutorando em Constituição, Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Professor de pós-graduação. Membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, responsável pela gestão do Portal Nacional de Contratações Públicas. Analista Legislativo do Senado Federal (desde 2010). Assessor Técnico da Diretoria-Geral do Senado Federal (desde 2020). Coordenador do Comitê de Acompanhamento de Implementação da Nova Lei de Licitações no Senado Federal. Membro da Comissão Permanente de Minutas-Padrão de Editais de Licitação do Senado Federal (desde 2015). Por mais de 13 anos, atuou como Pregoeiro no TJ/GO (2007-2010) e no Senado Federal (2013-2020). Foi Assessor Técnico da Comissão Especial de Modernização da Lei de Licitações, responsável pela elaboração do PLS nº 559/2013 (2013-2016). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Autor das obras "Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência" (Editora do Senado Federal) e "Pregão Eletrônico: Comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019" (Editora Fórum).

> PROGRAMAÇÃO

DIAS 22 E 23 DE SETEMBRO DE 2022.

7h30min às 8h - Credenciamento; 8h - Inicio - manhã; 9h30min - Coffe-Break: 12h as 14h – Almoço Livre; 14h - Inicio - tarde; 15h30min - Coffe-Break; 18h - Encerramento:

> INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

WWW.EXCELENCIAEDUCACAO.COM.BR contato@excelenciaeducacao.com.br



(62) 9.8558-2359



Se preferir, entre em contato com a nossa Central de Relacionamento:

(62) 3283-1514









> CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

VISÃO ESTRUTURAL DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.

- Estrutura organizacional da NLL;
- Segmentação do processo administração de contratação;
- Dilema: "normas gerais" x "normas específicas" e o espaço de normatização próprio.

REGIME TRANSITÓRIO DA LEI Nº 14.133/2021.

- Vigência e Concomitância de regimes (art. 191);
- Como deve ser feita a "opção" de que trata o art. 191 da NLL?
- A ultratividade do regime contratual a ser revogado;
- Como ficam os procedimentos regidos pela Lei nº 8.666/1993 após 1º/04/2023?
- Responsabilidades e Cuidados necessários para a Alta Administração em relação ao regime transitório.

ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES.

- A Governança e as Contratações Públicas;
 Diretrizes da Lei nº 14.133/2021;
- Relação entre o Governança, Controle, Gestão de riscos e Integridade;
- Quem é responsável pela Governança: Identificando a Alta Administração;
- Instrumentos de Governança;
- A ênfase no planejamento: os artefatos de planejamento na NLL;
- ETP: como, onde e para quê?

AGENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA NLL.

- Responsabilidades da Alta Administração Municipal;
- Diretriz de governança, segregação de funções e gestão por competências;
- Edição do regulamento orgânico para definição da matriz de competências;
- Requisitos gerais de designação (art. 7°);
- Definição e atribuições do "agente de contratação" (art. 8º);
- Comissões de Contratação;
- Possibilidade de terceirização de serviços de suporte ao agente de contratação.

ESTRUTURAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA E SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

- Papel consultivo da Assessoria Jurídica e Controle Interno (art. 8°, §3°; art. 117, §3°; art. 168, parágrafo único);
- Participação da elaboração de minutas-padrão de editais e contratos (art. 19, IV);
- O controle prévio de legalidade da fase preparatória da contratação (art. 53);
- Assessoria jurídica e controle interno como "2ª linha de defesa"? (art. 169, II).

PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA NA NLL.

- O Portal Nacional de Contratações Públicas;
- Como realizar a integração com o PNCP?
- Quais atos devem ser publicados no PNCP?

PLANEJAMENTO DE TRANSIÇÃO.

- A importância de um Plano de Transição;
- O cronograma de atividades para a transição;
- Diagnóstico de estrutura, fluxo de trabalho e pessoal;
- Reorientação com viés de governança: Capacitação, Segregação de funções e Gestão por competências.

PROVIDÊNCIAS PRÁTICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA NLL.

- Integração e utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas;
- Desenvolvimento do "sítio eletrônico oficial" no âmbito do órgão;
- Desenvolvimento de modelos e minutas-padrão;
- Sistemas e funcionalidades exigidos pela Nova Lei.

REGULAMENTAÇÃO DA NLL.

- Normatização complementar x regulamentação;
- O que é preciso ser regulamentado?
- Poder Regulamentar: Uma adequada compreensão constitucional;
- Boas práticas em regulamentação: o que já foi feito?
- Regulamentos federais e seus impactos para os Municípios;
- Edital como ato normativo: limites e possibilidades;

BOAS PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA NLL.

- Benchmarking: Experiências exitosas;
- Como potencializar o uso dos novos instrumentos previstos na NLL?
- Modelo de regulamentação integral da NLL.



> LOCAL DO CURSO



K HOTEL/GOIÂNIA.

End: Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2550 - Jardim Goiás, Goiânia - ĠO, 74810-100.

Fone: (62) 3945-9090

INVESTIMENTO

INSCRIÇÃO

FORMAS DE PAGAMENTO

DADOS BANCÁRIOS

R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais).

* Consulte valor promocional para Grupos.

O pagamento poderá ser efetuado via transferência bancária, cartão de crédito ou boleto bancário.

EXCELÊNCIA EDUCAÇÃO E ENSINO LTDA.

CNPJ: 26.855.539/0001-16 **BANCO DO BRASIL** Agencia: 1452-4 Conta Corrente: 65.612-7

CHAVE PIX: CNPJ / 26855539000116

> INCLUSO



Material de Apoio.



Certificado de Participação.*



04 Coffee Break's.



01 Exemplar da Lei nº 14.133/2021.

- * O Certificado será entregue ao final do curso, aos participantes que cumprirem no mínimo 75% da carga horária
- * A Excelência Educação se reserva no direito de adiar ou cancelar qualquer curso, caso haja insuficiência de quórum.





excelenciaeducacao



f excelenciaeducacao